

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: "Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais"



### O VETO AO ARTIGO 14 DA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE COMO UM RETROCESSO AO COMBATE AO POPULISMO PENAL MIDIÁTICO

**Temístocles Barbosa Freire<sup>1</sup>, Aparecido de Souza Carvalho Filho<sup>2</sup>, Ana Alice Carvalho Rafael<sup>3</sup>, Luana Gomes da Silva<sup>4</sup>, Isabelle Cardoso de Andrade<sup>5</sup>, Francisco Jeferson Inácio Ferreira<sup>6</sup>**

**Resumo:** A recente aprovação da lei de abuso de autoridade levantou inúmeras discussões acerca de suas possibilidades e suas partes vetadas, entre estas há o artigo 14 que poderia dificultar a atuação de programas policiais que fazem entrevistas com pessoas apreendidas e, assim, contribuir para o enfraquecimento do populismo penal midiático. O trabalho aqui apresentado visa discutir acerca do vetado artigo 14 da lei de abuso de autoridade e como este poderia ser uma ferramenta a fim de combater o populismo penal midiático. As pesquisas bibliográfica e documental são usadas como método de pesquisa, a partir do levantamento da literatura relacionada ao tema em obras físicas e sítios virtuais, além da legislação acerca do tema. A lei de abuso de autoridade, recentemente aprovada, trazia em seu projeto inicial o artigo 14, que posteriormente sofreu veto presidencial, este artigo poderia possibilitar a punição de autoridades que permitissem a exposição de pessoas apreendidas a filmagens que pudessem lhe exporem à situação vexatória, inclusive programas policiais. Sabe-se que o populismo penal midiático de maneira a construir uma sensação popular de violência e criminalidade generalizada a fim de construir uma demanda punitivista por parte da população, esse fenômeno costuma utilizar-se de programas com temática policial, incluindo com entrevistas agressivas e violadoras de direitos com pessoas em situação de apreensão. Desse modo, com a possibilidade de punição da autoridade responsável caso a pessoa apreendida seja submetida a situação vexatória, tais programas policiais teriam seu trabalho dificultado em virtude de restrições por partes das autoridades, contribuindo, dessa maneira, para combater o populismo penal midiático. É possível inferir que o artigo 14 da lei de abuso de autoridade se não

---

<sup>1</sup> Graduando pela Universidade Regional do Cariri, email: temistoclesbarbosafreire@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando pela Universidade Federal do Cariri, email: ascf21052000@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda pela Universidade Regional do Cariri, email: anaalicecarvalho28@gmail.com

<sup>4</sup> Graduanda pela Universidade Regional do Cariri, email: luanagomesdsilva@gmail.com

<sup>5</sup> Graduanda pela Universidade Regional do Cariri, email: isacardoso0508199@gmail.com

<sup>6</sup> Graduado em Direito pela Universidade Regional do Cariri e Pós-graduado em Direito Constitucional, email: fjefererson16@gmail.com

# IV SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

## XXII Semana de Iniciação Científica

21 a 25 de outubro de 2019

Tema: *“Desmonte da Pesquisa, Ciência e Tecnologia: repercussões e impactos tecnológicos, sociais e culturais”*



tivesse sido vetado poderia contribuir para dificultar a atuação de programas policiais sensacionalistas e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição da sensação popular punitivista contribuindo, assim, no combate ao populismo penal midiático.

**Palavras-chave:** Lei de Abuso de Autoridade. Programas Policiais. Populismo Penal Midiático.